

**CONTATO LINGÜÍSTICO NO “NOVO MUNDO”:
A REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES
NAS CRÔNICAS DO ACHAMENTO DO BRASIL**

Juan Rodrigues da Cruz (UFF e SME-RJ)
juanrodrigues@id.uff.br

RESUMO

Através da leitura crítica dos três textos que relatam o achamento do Brasil à Coroa Portuguesa, este artigo pretende analisar a forma em que tais registros descrevem as línguas nativas encontradas, pelos portugueses, ao primeiro descerem à terra em nosso território. Esses documentos, escritos por cronistas empregados nas expedições, despertaram o interesse europeu no que, para eles, era um novo mundo. Também gozam de rico valor informativo considerando que apresentam, em si, descrições das primeiras situações de contato lingüístico estabelecida no que posteriormente se tornaria o nosso país. Usamos como referencial teórico uma obra que contém uma transcrição para o português moderno desses textos, organizada por Pereira (1999). Faz-se necessário, também, apresentar o contexto histórico do achamento, com base em Sérgio (1981) e Albuquerque (1999), considerando seus desdobramentos para a história brasileira em geral.

Palavras-chave:

Representação. Crônicas do achamento. Línguas indígenas e contato lingüístico.

ABSTRACT

After conveying an attentive reading of the three chronicles about the finding of Brazil, which inform the Portuguese Crown about said happening, in the end of the 15th century, this paper analyzes ways in which said chronicles depict the languages found by the Portuguese when they first came to land in our territory. These reports, written by professionals employed in the expeditions, served as a source for the European interest in what, for them, was a new world, until then unknown. Moreover, those texts are important considering their informative characters, for they also show the first instances of language contact in what would, later, become Brazil. Our analysis is based upon a critical edition of these texts, organized by Pereira (1999). We also analyze the historical setting of the Portuguese findings, based on Sérgio (1981) and Albuquerque (1999), considering their outcomes over Brazilian history, in general.

Keywords:

Depiction. Chronicles of the finding. Native Brazilian languages and language contact.

1. Portugal, senhor do mar

É conhecida há muito tempo a intimidade entre Portugal e o mar. Localizado no extremo Ocidente da Europa, o país faz fronteira terrestre unicamente com a Espanha, e está voltado para o Oceano Atlântico, sen-

do por ele inteiramente banhado. A nação portuguesa, logo, via no mar a única forma de se transportar sem que fosse preciso passar por solo estrangeiro⁷. Além disso, Albuquerque (1999) mostra que o estabelecimento de novos mercados de consumo e fontes de fornecimento por parte de Portugal viria a realizar-se por caminhos marítimos, demonstrando a importância do mar para essa nação.

Da mesma forma, Wehling (1999, p. 17) mostra que a expansão marítima é indispensável para entender o processo de modernização de Portugal no século XVI. O país desenvolveu sua construção naval ao longo dos séculos, e relatos de sua grandeza nesse âmbito podem ser encontrados desde o século XIII. No século XV, finalmente, começou a época das Grandes Navegações, evento considerado o início do Império Português. Cada etapa desse processo tem importância individual. A chegada à Índia, em 1498, conforme Albuquerque (1981, p. 147), por exemplo, concretizou o projeto português de estabelecer relações comerciais diretas com produtores de especiarias, drogas e outros produtos na Ásia. Esse fato, por si só, também representou a descoberta, enfim, do que havia além do Cabo da Boa Esperança, região geográfica sul-africana cuja transposição era, acreditava-se, impossível, visão transmitida inclusive na literatura, por escritores como Fernando Pessoa⁸ e Luís de Camões⁹, cada um em seu tempo.

Alguns autores portugueses, como Sérgio (1981, p. 44), têm uma visão bastante ufanista a respeito dos acontecimentos do século XV. Tal autor, por exemplo, afirma que esses foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política e visão lúcida, entre outras qualidades. De fato, a expansão marítima portuguesa precisava de alto nível de organização político-social para acontecer, mas não se deve romantizá-la a ponto de esquecer de seus desdobramentos negativos, como regimes escravocratas e o genocídio travado contra povos nativo-americanos, muito comuns nas regiões que viriam a se tornar colônias portuguesas. Vale lembrar que ser colônia indica subordinação por parte de um territó-

⁷ Convém destacar, no entanto, que o mar já fora chamado de *Tenebroso* por um longo tempo por causa da ideia de que, em algum lugar dele, haveria um abismo no qual os barcos cairiam para nunca mais retornar.

⁸ Em *O Monstrego*, um dos poemas de *Mensagem* (1934): <http://arquivopessoa.net/textos/2387>.

⁹ Em *Os Lusíadas*, canto V, o leitor poderá encontrar várias passagens onde Adamastor está presente e, inclusive, dialoga com os portugueses. Disponível digitalmente em: https://pt.wikisource.org/wiki/Os_Lus%C3%ADadas/V.

rio a um poder maior (as metrópoles) e dominação por parte desse poder, o que só já demonstra a desvantagem que tais territórios tinham.

2. *Quem chegou primeiro à América, afinal?*

O século XV terminou com outro fato também ligado à expansão marítima, dessa vez a espanhola. No dia 12 de outubro de 1492, o italiano Cristóvão Colombo¹⁰ alcançou o que hoje faz parte do território das Bahamas, na primeira de suas quatro viagens marítimas, em que tentava estabelecer uma rota alternativa para chegar às Índias. Esse fato fez Portugal sentir que seus empreendimentos estavam sob possível ameaça, o que por sua vez influenciou na promulgação da bula *Inter cætera*¹¹ pelo papa Alexandre VI em 1493.

Tal texto, basicamente, estabelecia um acordo que deixava claros os limites que as nações ibéricas deveriam seguir durante os processos de exploração. Uma linha imaginária a 660 quilômetros da Ilha de Açores fora estabelecida como responsável pela divisão do mundo, sendo também a referência para a divisão de terras. Tudo a oeste dessa linha seria posse espanhola, e tudo a leste seria posse portuguesa. Acreditava-se que essa atitude de mediação de Alexandre VI ajudaria a evitar um conflito entre ambos os países. O que a bula estabeleceu, no entanto, não vigorou por muito tempo, e por motivos até hoje pouco claros o Reino de Portugal requisitou revisão do acordo. Esta é a origem do Tratado de Tordesilhas¹² (1494).

Não necessariamente isso quer dizer que, no fim do século XV, o restante da América já era conhecido pelo mundo ou, ao menos, pelas potências que à época empenhavam esforços para estabelecer novas rotas de comércio. Além de Colombo, há comprovação de que regiões do Extremo Norte da América e da atual Groenlândia foram alcançadas por povos vikings¹³, séculos antes das viagens de Colombo e Cabral. No en-

¹⁰ Colombo registrou esta data em seu diário, por isso é possível dizermos com certeza que o fato mencionado ocorreu nesse dia.

¹¹ O texto da bula, em latim, pode ser encontrado digitalizado em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4185853>. Acesso em 24 de maio de 2023.

¹² Uma transcrição pode ser encontrada em https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/tratado_tordesilhas.html. Acesso em 19 de julho de 2023.

¹³ Um registro disso é a “Saga de Érico, o Vermelho”. Traduções para o inglês e para o norueguês modernos, além de uma transcrição para o islandês moderno, podem ser encontradas em: https://sagadb.org/eiriks_saga_rauda.en.

tanto, a chegada dos nórdicos ao nosso continente não surtiu os mesmos efeitos que as dos espanhóis e portugueses.

O ano de 1500 foi marcado pela chegada de navegadores espanhóis (Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe) e portugueses (Pedro Álvares Cabral) ao território brasileiro. Cabral, tradicionalmente, é considerado o “descobridor do Brasil” já que o feito de Pinzón e de Lepe, em janeiro de 1500, não surtiu maiores efeitos por aqui e só foi considerado resultado da expansão marítima espanhola. Bueno (1998, p. 11) afirma que, por esse motivo, os espanhóis seriam, de fato, os nossos “descobridores”, algo que suscita polêmica, mas sustentado por registros da viagem espanhola. Convém lembrar que a Espanha não poderia pedir qualquer crédito para si nesse fato visto que, conforme o Tratado de Tordesilhas, a região alcançada por Pinzón¹⁴ localiza-se dentre os limites do que pertenceria ao Império Português.

Meses depois, em 22 de abril de 1500 o comboio de Cabral deparou-se com os nativos da nossa terra. Temos ideia do que ocorreu nesse momento, os personagens nele envolvidos e seus desdobramentos posteriores com base em relatos de viagem, compilados por Pereira (1999). O autor elenca três textos como parte desse conjunto: a Carta de Pero Vaz de Caminha, a Relação do Piloto Anônimo e a Carta do Mestre João Faras, o qual, por sua vez, não faz referência aos povos indígenas vistos pelos portugueses.

2.1. Uma questão de nomenclatura

Não se pode deixar de mencionar que a chegada ao continente americano envolveu um erro e uma confusão histórica. Donato (2014) explica que Colombo, ao chegar à América, teve certeza de que havia na verdade logrado êxito em sua missão original: chegar à Índia (na Ásia). Logo, o habitante daquela nova terra por ele encontrada seria *índio*. Ribeiro (2009) mostra que nem os portugueses mais bem informados sabiam se tinham chegado de fato à Índia ou à África. Os nativos com que depararam não eram negros nem pareciam ser indianos. Com o passar do tempo, nos mostra o autor, houve propostas de alternativas para substituí-lo, como *ameríndio*, mas *índio* foi a denominação mais popularmente

¹⁴ Eduardo Bueno referencia os trabalhos de Max Justo Guedes, capitão de mar-e-guerra, que propõe que Pinzón alcançara a ponta de Mucuripe, ao sul da capital cearense, que atualmente tem um bairro de nome Vicente Pinzon. No entanto, a tradição considera a região do Cabo de Santo Agostinho (PE) como aquela em que os espanhóis aportaram.

adotada, acabando por cristalizar-se no nosso idioma. Esse termo, contudo, é incorreto e seu uso deve ser evitado, visto que insinua que todos os não-portugueses aqui encontrados pertenciam ao mesmo grupo étnico, não tendo identidades nem culturas individuais. É claro que isso era desconhecido pelos navegadores, mas foi a ideia perpetuada.

Cabral, hoje sabe-se, travou contato com um grupo de indivíduos da etnia tupiniquim¹⁵: uma sociedade indígena, mas não índia, uma das muitas que ocupam o nosso território. O termo *índio* acabou assumindo uma forte carga preconceituosa e estigmatizada com os anos, cheia de estereótipos, refletida em expressões típicas da linguagem popular e cotidiana, como “passeio de índio”. O debate sobre tal questão recentemente reverberou, por exemplo, na renomeação, através da Lei 14.402/2022, da celebração realizada anualmente no dia 19 de abril: o até então ‘Dia do Índio’ (assim instituído pelo governo Vargas, décadas atrás) foi rebatizado para ‘Dia dos Povos Indígenas’.

Considerando que o Brasil já tinha habitantes e sociedades estruturadas (ou seja, com suas próprias histórias, tradições, rituais, culturas e regimentos sociais) quando os portugueses e/ou espanhóis daqui se aproximaram, não se usará neste artigo termos como “descobrimento” e outros da mesma família de ideias – somente quando estritamente necessário, e mesmo assim entre aspas. Não se pode sob nenhuma hipótese usar palavras que ajudem a perpetuar o apagamento e a violência que os nossos povos originários têm sofrido ao longo de nossa história, sendo vítimas de abusos, desrespeitos e explorações de diversas ordens.

Basta ver as estimativas apresentadas por Pappiani (2007, p. 8), de que havia 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil no séc. XV, população hoje reduzida a cerca de aproximadamente 1,7 milhão de indivíduos, conforme estimativa do Censo de 2022 divulgada pelo IBGE¹⁶.

Essa situação de apagamento, infelizmente, perdura e ainda se repete nos dias de hoje, com vários discursos preconceituosos sendo repe-

¹⁵ Bueno (2020, p. 19) apresenta os tupiniquim como divisão do grupo étnico Tupi-Guarani. Eles teriam chegado ao litoral do território brasileiro através de longos processos de migração. O grupo foi quase levado à extinção devido à escravidão portuguesa e a doenças infecciosas, no fim do século XVI, mas conforme dados de 2014 há 2901 indivíduos dessa etnia em nosso país.

¹⁶ Convém mencionar que, felizmente, esse número cresceu em relação aos 900 mil indivíduos (517 mil dos quais situados em terras indígenas previamente demarcadas) que se identificam como indígenas na última edição do recenseamento demográfico brasileiro (2010).

tidos em diferentes situações, inclusive por pessoas que, na teoria, deveriam respeitar as diferenças socioculturais dos cidadãos brasileiros e trabalhar em prol da integração e da interação dos diferentes setores populacionais, como governantes e políticos. A nossa intenção, com essa tomada de posição, é suscitar uma reflexão, ainda que breve, no leitor.

3. *Crônica de viagem: Gênese da literatura brasileira?*

Os acontecimentos das viagens de exploração nos são conhecidos hoje devido à existência de vários registros (também chamados *crônicas*) escritos. A autoria desses recai sobre escrivães, profissionais que, conforme Costa (2016, p. 225), além de escriturários (responsáveis pela escrita/transcrição de discursos de outros), eram agentes da coroa, os quais detinham as chaves para as cargas, registravam os acontecimentos transcorridos durante viagens e fiscalizavam tanto as operações comerciais quanto a distribuição do saque em nome do rei. Esses registros costumavam ser editados na forma de diários de navegação¹⁷, havendo uma nova anotação para cada dia novo.

O primeiro dos três documentos que informam sobre o nosso achamento é a Carta de Pero Vaz de Caminha¹⁸, considerada o primeiro texto escrito em solo brasileiro e também a nossa certidão de nascimento e batismo. A *Carta*, que relata os acontecimentos ocorridos por volta do dia 22 de abril de 1500 (quando os primeiros portugueses desceram no território brasileiro), representa também o marco inicial do movimento da literatura de informação, que conforme Martins e Ledo (2008, p. 161) inclui os textos sobre o Brasil, que transmitem ao europeu informações sobre a terra e os povos que aqui viviam, sendo indispensável e necessário dizer que através do olhar único do estrangeiro. Ou seja, uma análise aprofundada de algumas obras do período revela visões preconceituosas por parte dele sobre os nativos brasileiros e seus costumes.

Não se pode ou deve dizer, no entanto, que a *Carta* é o marco inicial da nossa literatura, já que o processo de colonização brasileira, efetivamente, só foi iniciado em 1531. No século XVI, no Brasil, a produção literária foi restrita ao nicho específico das crônicas de viagem. Canônica e academicamente, a obra considerada a primeira da literatura brasileira

¹⁷ A exemplo do *Diário* de Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso.

¹⁸ Uma versão digitalizada do documento e outros recursos que auxiliam no seu entendimento podem ser encontrados aqui: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>. No entanto, usamos uma edição física, de 2013, para embasar o presente trabalho.

data de 1601: trata-se do poema épico *Prosopopeia*, do português Bento Teixeira, que representou o início do movimento barroco. Já o primeiro autor brasileiro nato a ser publicado é Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711), contemporâneo de Gregório de Matos, expoente e personalidade mais famosa da literatura barroca brasileira, com quem Botelho conviveu.

Outro registro do achamento brasileiro é a Carta do Mestre João Faras, dirigida a D. Manuel I⁹. De seu autor, sabemos apenas o que ele mesmo deixa explícito no texto, através de autorreferências (“O bacharel mestre João, físico²⁰ e cirurgião de Vossa Alteza²¹”). O título de “Mestre” a João Faras concedido também ajuda a sabermos mais sobre ele. Antonio Luiz Costa mostra que esse era atribuído às pessoas que, na hierarquia náutica, eram subordinadas ao capitão, e desempenhavam o papel de chefe de marinheiros e grumetes, auxiliadas por contramestres (também chamados soto-mestres). Possível e provavelmente, Faras, devido ao seu conhecimento de diversas áreas e à sua experiência (como mencionamos acima), gozava de uma certa posição de poder e prestígio, ainda que mínima.

O último registro de que se tem notícia é a *Relação do Piloto Anônimo*, a qual narra o prosseguimento da viagem de Cabral, expondo como ocorreu a segunda viagem dos navegadores portugueses à Índia, realizando o que Vasco da Gama outrora não conseguiu. Sua autoria é alvo de vários estudos e hipóteses, mas não foi encontrado consenso ainda sobre qual seria, de fato. Paulo Pereira, por exemplo, indica os trabalhos do historiador estadunidense William Brooks Greenlee, que propuseram que o autor da *Relação* seria o português João de Sá, escrivão da armada cabralina e um dos homens alfabetizados que com ela retornaram, mas de quem pouco se sabe. França (2000), por outro lado, apresenta a figura do italiano Giovanni Matteo Cretico, que teria traduzido uma narrativa anônima para o italiano, o que justifica o fato de ser essa tradução a primeira edição, de que se tem notícia, da *Relação*, em 1507. Cretico, no entanto, não falava português, logo, não poderia realizar qualquer processo de tradução que envolvesse tal língua.

¹⁹ Manoel, o Venturoso, viveu de 1469 a 1521. Membro da Casa de Avis, foi Rei de Portugal de 1495 a 1521. Ele foi responsável pelo financiamento de diversos exploradores portugueses, como Pedro Álvares Cabral.

²⁰ Na época, usava-se esse termo para se referir a médicos que, diferentemente de cirurgiões, tratavam seus pacientes com remédios e medicações.

²¹ Em latim, conforme registrado: *Johannes: artium et medicine bachalarius*.

4. A Carta de Pero Vaz de Caminha

Pero Vaz de Caminha (1450–1500) foi um fidalgo português que serviu como escrivão na armada cabralina, função na qual tornou-se conhecido. Sua *Carta*, escrito destinado ao Rei Manuel I de Portugal, é reconhecida pelo seu rigor descritivo da flora e dos habitantes nativos do que posteriormente se tornaria o Brasil. Diégues Junior (1980, p. 15), por esse motivo, atribui a Caminha o papel de primeiro descritor das características étnicas e culturais dos povos nativos brasileiros, também sendo ele responsável pela descrição dos primeiros contatos entre nativos e portugueses, envolvendo aspectos como os costumes dos indígenas.

Por esse motivo, Diégues Junior inclusive afirma que o cronista, por pouco, não fez da *Carta* uma obra sociológica ou antropológica, apontando a riqueza de elementos por ele reunidos, que são minuciosamente apresentados ao leitor, que pode desenvolver em sua mente a imagem daquele momento. Foi justamente esse rigor descritivo dos relatos de viagem que, conforme Wehling (1999, p. 44), despertou interesse europeu no Ocidente. E isso embasa o fato de que, ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi palco para encontros de diversos povos concorrentes entre si, com navios e comerciantes franceses, portugueses e espanhóis.

Caminha relata os acontecimentos transcorridos entre 09 de março e 01 de maio de 1500, datas respectivamente da saída da frota portuguesa de Belém (região litorânea de Lisboa) e de sua saída do território brasileiro. Accioli e Taunay (1973, p. 12) elencam que, nesse interim, houve eventos como o avistamento das ilhas Canárias (em 14 de março) e de Cabo Verde (em 22 de março). Em 23 de março acontece um incidente, quando Vasco de Ataíde se perdeu dos demais. Supõe-se que ele tenha naufragado, ainda que seu corpo e os destroços de sua nau nunca tenham sido encontrados. Nesse momento, os portugueses já estavam em alto mar, e seu caminho seguiu por vias marítimas por mais vinte dias.

Essa situação começou a mudar no dia 21 de abril, quando os portugueses avistaram os primeiros sinais de terra. Nesse momento, eles atribuem o primeiro nome ao que anos mais tarde viria a tornar-se o Brasil: Terra de Vera Cruz. Essa data também justifica o nome dado ao Monte Pascoal (atualmente parte do território da cidade baiana de Porto Seguro), visto que naquela semana, para os de fé católica, celebrava-se a Páscoa.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram aos 21 dias de abril, que topamos

com alguns sinais de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, cerca de 660 ou 670 léguas [...]. E neste dia [quarta-feira, 22 de abril de 1500], ao final do dia, tivemos a visão de terra, seja, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra plana, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal –, e à terra – a Terra de Vera Cruz. (CAMINHA, 2013, p. 9-11, grifo nosso).

O primeiro contato estabelecido entre portugueses e indígenas, Pero Vaz de Caminha nos relata, ocorreu no dia 23 de abril de 1500, uma quinta-feira, na parte da manhã. Os portugueses haviam parado suas frotas à beira de um rio, onde já não era mais possível navios grandes seguirem em frente.

E dali tivemos a visão de homens que andavam pela praia, cerca de sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram, por chegarem primeiro. Ali lançamos os batéis e esquifes ao mar; e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão-mor, onde conversaram. E o Capitão-mor mandou no batel em terra a Nicolau Coelho²² para ver aquele rio. E logo que ele começou a ir para lá, acudiram pela praia homens, quando dois, quando três, de maneira que, ao chegar o batel à beira do rio, eram ali havia 18 ou vinte homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. (CAMINHA, 2013, p. 11).

Imediatamente após esse primeiro contato visual, Caminha explica que não foi possível estabelecer comunicação efetiva com os nativos, visto que o som da arrebentação do mar impossibilitava qualquer entendimento (“Ali não pode haver conversa nem entendimento que se aproveitasse, por o mar quebrar na costa”). Posteriormente, há outra situação de comunicação (ou tentativa de) estabelecida entre portugueses e nativos, realizada por Pedro Álvares Cabral, Capitão-mor da frota²³:

Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejavamos saber se na terra havia. (CAMINHA, 2013, p. 31).

Ou seja, não havia entendimento, pelos portugueses, sobre o que os indígenas diziam, da mesma forma que, logicamente, os povos autóct-

²² Nicolau Coelho viveu, supostamente, entre 1460 e 1504. Alguns anos antes de participar da esquadra cabralina, ele esteve presente também na armada de Vasco da Gama que alcançou a Índia. Sua biografia, como a de vários personagens mencionados nos relatos do achamento, não é totalmente conhecida.

²³ Antonio Luiz Costa define o capitão-mor, figura cuja importância cresceu ao longo da era dos descobrimentos, como “comandante das frotas de naus e galeões”. Eles tinham como vices os soto-capitães.

tones não entendiam os estrangeiros. Esse trecho também demonstra uma das intenções portuguesas: o interesse em saber se havia, na terra recém-encontrada, algum tipo de jazida mineral de ouro.

Mais à frente, já quase em seu fim, a *Carta* faz outra sutil referência à dificuldade encontrada por parte dos portugueses quando tentavam se comunicar com os nativos, bem como à outra de suas possíveis intenções:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles não têm, nem entendem em nenhuma crença, segundo parece. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entender, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. (CAMINHA, 2013, p. 43-44)

Ou seja, nem um dia completo havia se passado da descida inicial dos portugueses ao nosso solo, mas eles já tinham uma opinião formada sobre os nativos, que acreditavam não ter nenhum credo religioso (visão frequente nos relatos e crônicas de viagem do século XVI), algo que atualmente sabemos que é incorreto: as sociedades indígenas têm, sim, crenças e rituais próprios e específicos a cada uma delas, respeitando suas particularidades e individualidades.

O excerto acima faz referência à figura dos degredados. Esses eram indivíduos que, por terem cometido algum grave crime, eram condenados ao desterro, uma forma de banimento semelhante ao exílio. Trazidos nas armadas portuguesas, eles foram deixados em solo brasileiro para tentar entender o regimento social das sociedades indígenas e, como vemos, as línguas que elas falavam, servindo como proto-intérpretes para os portugueses, na ocasião de um retorno deles ao Brasil. Os trabalhos desses indivíduos, posteriormente, deram origem aos línguas, que ao longo do século XVI foram fundamentais para a difusão religiosa por parte dos colonizadores, servindo como forma de avanço na promoção da catequização dos nativos e no estabelecimento de relações com eles.

5. *Carta de João Faras*

A escrita da *Carta* foi realizada no litoral da atual cidade baiana de Santa Cruz Cabrália, uma das em que os portugueses estiveram em 1500²⁴. Nela, João Faras relata os acontecidos transcorridos entre 27 de

²⁴ As outras duas foram Porto Seguro e Prado.

abril e 01 de maio de 1500. Destaca-se no texto um incidente curioso: Faras relata que seus trabalhos, por melhores que tenham sido suas intenções e vontades, não estavam sendo realizados plenamente, devido a um problema em uma de suas pernas. Um ataque de coceira evoluiu para uma ferida aberta, que provavelmente infeccionou devido às condições insalubres dos navios, conforme relatado no trecho abaixo.

Quanto, Senhor, ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acerca das estrelas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa de este navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma. (PEREIRA, 1999, p. 69)

Não há, na Carta de João Faras, descrições sobre os nativos brasileiros, seus costumes e línguas. Seu foco são as condições astronômicas com que deparou. Apesar disso, o relato de Faras não tem menos importância que os demais, visto que ele fez a primeira menção de que se tem notícia da constelação do Cruzeiro do Sul, a qual está retratada inclusive na atual bandeira brasileira. Esse foco, inclusive, difere o escrito de Faras dos outros dois aqui em análise.

Dos três textos aqui analisados, a Carta de Faras é o menor: na edição de Pereira ocupa só quatro páginas. Isso não quer dizer que o relato de Faras seja menos detalhado que os demais. Ele faz uma exímia exposição da posição latitudinal em que se encontrava (“(...) julgamos estar afastados da equinocial por 17° e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17°.”), aferição realizada com o uso de um astrolábio, instrumento astronômico frequentemente empregado em tempos antigos para auxiliar na navegação. O cronista também explica ao Rei de Portugal que propor a posição dos astros seria melhor de fazer em terra firme, pois o balançar do navio nas ondas influenciava nesse ato:

Somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do (sul), mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. (PEREIRA, 1999, p. 69)

6. *Relação do Piloto Anônimo*

O texto da *Relação* é menos extenso do que a *Carta* de Caminha, tendo somente cinco divisões (chamadas pelo autor de *capítulos*), ocupando menos de dez páginas na edição proposta por Paulo Pereira, sendo

assim um pouco maior que a *Carta* de João Faras. Destaca-se a informação de que a terra encontrada não tinha, ao menos até onde os portugueses conseguiram explorar à época, presença de ferro ou outros metais, usando os nativos pedras para cortar madeira. Justamente respondendo à dúvida trazida por Caminha anteriormente.

Há somente pequenas referências feitas, na *Relação*, à forma de comunicação dos nativos brasileiros com que os portugueses se depararam. A primeira delas é feita no começo do “Capítulo II – Como correram as naus com tormenta”. Esse trecho detalha os acontecimentos transcorridos entre os dias 22 e 24 de abril de 1500. Nele, há a descrição física dos primeiros indivíduos vistos pelos portugueses, em 22 de abril: aqueles eram pardos, de cabelos compridos e andavam nus, sem nada que cobrisse suas genitálias, algo que causara espanto aos portugueses. Cada um deles, o autor mostra, estava armado com um arco e flecha. Na armada, no entanto, não havia ninguém que compreendesse a língua por eles falada, motivo pelo qual os homens que haviam descido do batel a ele retornaram.

Já no dia 23, houve nova descida de batel, a um local onde alguns nativos estavam a pescar. Dois desses foram pegos pelos portugueses e levados, forçadamente, ao Capitão, para que fosse determinado que gente nova era aquela. No entanto, não houve comunicação ou entendimento, nem oralmente nem por meio de gestos. Esses dois indivíduos ficaram retidos sob poder português naquela noite e, no dia 24, após ordens do Capitão, foram vestidos com uma camisa, um vestido e um gorro vermelho, que muito os contentou e maravilhou. Após isso, esses dois homens foram devolvidos à terra.

7. Considerações finais

Dois dos relatos do achamento contribuem para que possamos entender as primeiras opiniões dos portugueses sobre o território brasileiro, as pessoas que encontraram e seus regimentos socioculturais, ainda que com olhares que hoje em dia sabemos ser possivelmente preconceituosos. As impressões registradas nesses documentos serviram como base, inclusive, para a curiosidade e espanto da sociedade europeia do século XVI.

No que tange à questão da comunicação e da interação por meio da linguagem, Pero Vaz e o Piloto Anônimo deixam claro que elas não foram efetivamente estabelecidas entre portugueses e indígenas, o que

faz total sentido. Logo, pode-se dizer que houve de fato um contato linguístico, mas sem que houvesse intercompreensão. Os línguas e degredados, possivelmente, contribuiriam nesse sentido, mas nos registros do achamento aqui estudados isso não é mencionado ou mais aprofundado.

Talvez justamente pelo desconhecimento por parte dos portugueses, não foram feitas descrições mais aprofundadas ou mais detalhadas do modo de falar dos nativos brasileiros. Textos datados de pós-1500, mas ainda dentro do momento histórico Brasil Colônia, podem talvez aprofundar essa questão, mas esse pode ser foco de outra análise no futuro.

Nota-se, apesar disso, que os relatos do achamento deixam claro que os portugueses tinham outras intenções no território brasileiro, não somente explorar e conquistar. A dúvida de Caminha sobre a possível existência de ouro em nossas terras, por exemplo, já dá origem a vários questionamentos. Esses documentos são, somente, a primeira descrição do solo brasileiro e das comunidades que aqui viviam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Roberto Bandeira; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *História Geral da Civilização Brasileira: das origens à atualidade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Os descobrimentos portugueses e o encontro de civilizações*. Rio de Janeiro: Nórdica: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1999.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. (Biblioteca de História – Vol. 6).

BRASIL. Lei nº 14.402, de 08 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14402.htm. Acesso em 04 de agosto de 2022.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. 2. ed. São Paulo: Leya, 2020.

_____. *Náufragos, Traficantes e Degredados: As primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terra Brasilis – Vol. 2)

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor – Vol. 33)

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta do Descobrimento: Ao Rei D. Manuel*. Edição e atualização de texto de Maria Angela Villela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. (Saraiva de Bolso, Vol. 144).

COSTA, Antonio Luiz M. C. *Títulos de Nobreza e Hierarquias: Um guia sobre as graduações sociais na história*. São Paulo: Draco, 2016.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. (Coleção General Benício, V. 176, Publ. 497).

DONATO, Hernâni. *Os povos indígenas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. O desastre de Cabral. *FOLHA ONLINE/FOLHA DE SÃO PAULO*. Brasil 500 – Histórias do Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histdescob1.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

LEDO, Teresinha de Oliveira; MARTINS, Patrícia. *Manual de Literatura: Literatura portuguesa, literatura brasileira*. São Paulo: DCL, 2008. (Guia Prático da Língua Portuguesa)

PAPPIANI, Angela. *Povo verdadeiro: Os povos indígenas no Brasil*. São Paulo: IKORÊ, 2009.

PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Organização, introdução, comentário, notas e bibliografia realizadas pelo autor. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2387>. Acesso em 19 de julho de 2023.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 10ª ed. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e

XXVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Augusto Abelaira. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981. (Obras completas de António Sérgio).

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.